

# O SUJEITO “PROFESSOR” NO ENSINO SUPERIOR ATUAL SOB A ÓTICA DA PSICANÁLISE

## THE “TEACHER” SUBJECT IN CURRENT HIGHER EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF PSYCHOANALYSIS

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos 1

**Resumo:** Pretende-se a partir deste artigo, observar primeiramente como o histórico do Ensino Superior do Brasil Colônia à Pós-Modernidade é acompanhado de cenários políticos, sociais e econômicos que colocaram a Educação Superior inicialmente como algo mediado pelo ensino jesuítico, passando por uma inauguração a partir da vinda da família real para o Brasil e um crescimento vertiginoso entre a Ditadura Militar e a década de 1960 principalmente do setor privado. Será possível ver, como o crescimento permitiu o acesso de novas camadas populares, além da interiorização e regionalização da oferta de ensino superior no país. Além das dimensões macro históricas a composição do Ensino Superior também se dá por eixos que envolve a formação docente e o lugar do professor universitário nesse contexto. A Psicanálise à luz do cenário educacional preconiza que o professor ocupa um lugar na relação com o aluno por estar investido transferencialmente por uma função, a função (simbólica) paterna. Tal função é, de acordo com a teoria lacaniana, composta por um dispositivo de linguagem discursivo que no laço social é representado pelo discurso universitário, transmissor de um saber para um outro.

**Palavras-chave:** Educação e Subjetividade. Profissão Docente. Sujeito Professor. Ensino Superior.

**Abstract:** Abstract: The purpose of this article is to observe first how the history of Higher Education from Colonial Brazil to Post-Modernity is accompanied by political, social and economic scenarios that initially placed Higher Education as something mediated by Jesuitical teaching, passing through an inauguration from the coming of the royal family to Brazil and a vertiginous growth between the Military Dictatorship and the 1960s mainly in the private sector. It will be possible to see, how this growth allowed the access of new popular layers, besides the interiorization and regionalization of the offer of higher education in the country. Besides the macro-historical dimensions, the composition of Higher Education also takes place along axes that involve teacher training and the place of the university professor in this context. Psychoanalysis in the light of the educational scenario preconizes that the teacher occupies a place in the relationship with the student because he/she is transferentially invested by a function, the (symbolic) paternal function. Such function is, according to Lacanian theory, composed of a discursive language device that in the social bond is represented by the university discourse, transmitter of knowledge to another.

**Keywords:** Education and Subjectivity. Teaching Profession. Subject Teacher. Higher Education.

---

1 Psicanalista. Sócio(a) da SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Membro da Rede Nacional da Ciência para a Educação- CPe. Membro da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento (SBNeC) USP, filiada no Brasil, à Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Sócio desde 2020 à International Brain Research Organization (IBRO) e à Federação das Associações Latino-Americanas e do Caribe de Neurociências. Editor da Revista Imprensa Análises de discurso. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3941575427040698>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>. E-mail: [dpestanda@usp.br](mailto:dpestanda@usp.br)

## Introdução

*Esqueci-me no tempo. Perdido na selva de neurônios entrelaçados em pequenas fagulhas elétricas. Levantei-me sem lembrar meu nome. Chamei minha mãe insistentemente. Sem resposta. Quem eu era? Onde estava? Estava prisioneiro no meu corpo?* (SANTOS, 2022)

A linguagem como dispositivo tem sido atravessada pelo discurso do capitalista, que coloca em alguma medida o professor num lugar problemático na cena educativa contemporânea. Observaremos o lugar<sup>1</sup> do professor universitário na Contemporaneidade à luz de um conceito primordial e basilar à teoria psicanalítica, seu declínio e o atravessamento do discurso do capitalista que hoje toma essa função no Ensino Superior.

### Como pensar do ponto de vista psicanalítico a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem?

*O trabalho da educação é algo sui generis: não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela (...). A possibilidade de influência analítica repousa em precondições bastante definidas, que podem ser resumidas sob a expressão 'situação analítica'; ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista.* (FREUD, 1925, p. 308).

Responder a essa indagação, é, contudo, imensamente complexa e mais do que trazer receitas prontas, a análise desta temática nos leva à abertura de questionamentos ainda maiores. A intenção desta reflexão é elucidar como os conceitos de sujeito que apreende e a transferência que realiza auxiliam o professor para que reflita sobre sua prática docente, baseado na pesquisa Freudiana. Posto que a relação da Psicanálise com a Educação tem seus primórdios com Sigmund Freud, que observou pontos em comum entre ambas, ou mesmo de discordância, entre as especificidades dos campos de conhecimento aqui mencionados.

Freud demonstrou seu interesse pelas conexões que a Psicanálise e a Educação poderiam vir a construir entre si, a importância das ligações possíveis, fornecendo, também, algumas ideias de como elas poderiam ocorrer. Serão tomados como base, para os objetivos a que se propõe o ensaio, basicamente Freud. Mesmo posto que segundo Voltolini (2011, p. 9), não há na obra freudiana nenhum texto que trate exclusivamente de educação. Porém, é possível verificar sua recorrência como tema nas reflexões de Freud até suas últimas produções teóricas. Tal afirmativa se faz valer quando Freud participa das divagações sobre um mundo melhor e aposta na educação como instrumento de mudança. É demonstrando a impotência de uma resposta educativa e não seu impossível que ele prossegue e, assim fazendo, mantém a ideia de uma educação ideal possível, ainda que esta dependa de muitas transformações para atingir o nível desejado.

Comparado ao Ensino Básico além de mais recente o Ensino Superior apresenta nuances e particularidades de outra ordem. Seu crescimento exponencial no cenário nacional tem chamado a atenção quanto às questões relacionadas ao acesso, democratização e qualidade do ensino, disponibilidade de vagas, entre outros. Numa tentativa de clarificar o histórico sobre o Ensino Superior no Brasil far-se-á por meio de alguns recortes de época uma narrativa de como esse ensino se constituiu no território nacional.

Em se tratando do Brasil Colônia, segundo Cunha (2000), Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. Inicialmente os filhos dos colonos iam estudar em Coimbra por bolsas e os poucos cursos superiores oferecidos no Brasil

<sup>1</sup> Segundo Santos (2022) "O sujeito resulta de vivências individuais e coletivas, e sua admissão na sociedade baseia-se na subjetividade cultural".

eram de Filosofia, Teologia e Artes gerenciados pela Companhia de Jesus – principal responsável pelo ensino secundário e superior na Metrópole e na Colônia. A proibição do Ensino Superior na colônia atendia ao receio da metrópole em por meio da insurgência de grupos universitários estes operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas (CUNHA, 2000, p.152).

Quando comparado ao processo de colonização espanhola Portugal possuía uma menor população letrada e um menor número de Universidades (Évora e Coimbra) o que também não permitiu uma expansão e descentralização de polos e cursos universitários para a Colônia. Para além de tais questões a Educação no Brasil a essa época fora marcada pela função que a Educação jesuítica tinha em conquistar almas; a finalidade primordial era de conduzir o índio à ordem hierárquica do Império português (DAHER, 2001, p. 44).

A partir da transferência da sede do poder metropolitano para a colônia, evento este que fomentou a independência do Brasil, com o Império o país é tomado por um espírito de formação do Estado Nacional que no âmbito da educação fora influenciado por alguns ideais revolucionários franceses implementados ao ensino público. Nessa época houve a criação de Catedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, principalmente nas áreas da Medicina, Engenharia e posteriormente Direito. A vinda da família real portuguesa para o Brasil gera um senso de provisão e necessidade de alimentos, serviços e de profissionais que passam a justificar o fomento do Ensino Superior no país.

A essa época começam a ser exigidos exames de admissão ao Ensino Superior, eximindo apenas os estudantes oriundos do Colégio Pedro II, associado e reconhecido diretamente pela Coroa. Segundo Cunha (2000) entre 1808 e 1889 o Ensino Superior passa a ter uma instrução estatal que geriria desde a criação de estabelecimentos, a outros fatores como a manutenção material, a nomeação dos catedráticos e diretores e a decretação dos currículos.

O aumento da procura da educação secundária e superior fez-se marco na República. Tal busca crescera consideravelmente devido ao aumento do oferecimento de cargos públicos que atendesse ao novo sistema de governo. A escolarização dos filhos passa a ser sinônimo de aumento do prestígio familiar e alcance de melhores condições de vida. Nesse período ocorre uma facilitação de acesso à Educação Superior no que diz respeito tanto as condições de admissão quanto a multiplicação das faculdades. Tal acesso gerou de forma oposta movimentos de contenção desse aumento que por meio de medidas como a exigência dos exames vestibulares passam a requerer também a apresentação de certificado de aprovação das matérias do curso ginasial e a fixação do número de vagas oferecidas.

Num momento histórico posterior a chamada Era Vargas trouxe para o Ensino Superior a emergência de universidades e de faculdades isoladas. Estas passam a ter autonomia administrativa, econômica e didática como também a vinda de professores estrangeiros para ministrar em Universidades brasileiras. A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a federalização, ou seja, o custeio pelo Ministério da Educação dos gastos relacionados às universidades públicas também emergiu nesse período demonstrando as nuances de um contexto histórico que apesar de ditatorial, num segundo momento, trouxe ganhos significativos em termos de participação democrática estudantil e financeira para a Educação Superior.

A década de 50 fora marcada no campo da Educação Superior pela modernização e libertação do estrangeiro no campo da pesquisa científica, principalmente a partir da criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Com a mudança da capital para Brasília e sua consequente construção aliado à criação da Universidade de Brasília (UnB) abre-se concomitantemente uma possibilidade de modernização para todas as áreas de conhecimento no Ensino Superior para além da tecnológica. Durante esse período as Universidades passam a ser mais autônomas diante do governo.

Distintamente aos anos cinquenta as décadas de 60 e 70 passaram por uma extrema repressão política-ideológica tanto a professores quanto a estudantes universitários pelo Regime Militar. No entanto, segundo Cacete (2014, p. 1067) “a educação, nos marcos do regime autoritário, tinha papel estratégico no processo de reorientação da política e da economia brasileira”. Para a autora, o governo militar promoveu uma ampla reforma educacional, atingindo os diferentes níveis do sistema com o objetivo de adequar a educação às necessidades do desenvolvimento.

Com a redemocratização do país na década de 80 as universidades passam a ser

reestruturadas com um maior número de matrículas visando ao mesmo tempo uma redução de custos médio por estudante, inspiração do sistema de trabalho taylorista. A nível de elaboração curricular inicia-se também nesse período o regime de matrícula por disciplina.

A partir do crescimento do número de universidades entre as décadas de 80 e 90 nessa última dá-se o início aos programas de avaliação institucional das universidades brasileiras e exames de conclusão de curso a fim de parametrizar e avaliar a qualidade estrutural e de ensino das instituições de ensino superior. Segundo Paula (2008) a partir da segunda metade da década de 80 inicia-se uma política neoliberal do Estado nas Universidades Brasileiras que apresentou como características um desinvestimento do Estado no campo da pesquisa científica e tecnológica e um abandono em relação ao ensino universitário público, sobretudo de graduação. Para além de tais características segundo a autora

Acentuaram-se o aligeiramento e a fragmentação do processo de formação, através dos cursos de curta duração, cursos sequenciais, cursos politécnicos, cursos de educação à distância, mestrados profissionais etc., muitas dessas medidas instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 1996. (PAULA, 2009, p. 79)

Para além das particularidades históricas vê-se a necessidade de analisar e compreender o Ensino Superior em alguns outros eixos que também o compõe como a formação e profissão docente, práticas pedagógicas, inclusão, saúde docente e discente, instituição, avaliação, entre outros temas.

Num levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no período de 2011 a 2015, ao digitar as palavras-chave ensino superior e professor universitário, o portal retornou com 134 resultados sendo 54 destes relacionados às pesquisas que deram uma maior ênfase a temas sobre formação docente, ou seja, investigações sobre a formação docente no e para o ensino superior, formação da identidade docente, profissionalização e formação para os saberes.

Já entre 2016 e 2021, o portal retornou com 433 pesquisas, sendo que 190 destas correlacionavam o Ensino Superior às questões concernentes ao professor universitário. Comparativamente entre os dois períodos houve um aumento no número de pesquisas que trabalharam os dois temas com enfoque nas pesquisas relacionadas à formação docente.

A partir de tais dados vê-se o olhar das pesquisas para o Ensino Superior tendo como centro o lugar docente voltado às questões sobre como se dá a constituição do professor em seu lugar de transmissão e formação de saber, seguido inclusive nas pesquisas citadas acima pelas práticas pedagógicas utilizadas para facilitar e otimizar tal processo.

De acordo com Voltolini (2018) o termo formação indica a presença de uma perspectiva profissionalizante. Para o autor “a ideia de formação de professores surge quando se torna fundamental para o Estado planejar o progresso da sociedade, substituindo o papel da Igreja enquanto tutora do ensino.” (VOLTOLINI, 2018, p.48).

Em um artigo sobre formação de professores Palhares e Bastos (2017) colocam que no Brasil o tema da formação docente começa a ser abordado após a Independência em 1822 em que o preparo dos professores se torna uma questão a ser considerada. Ainda no mesmo trabalho as autoras discutem o quanto a formação docente tem sido dominada por teorias pedagógicas normativas em que

A formação sempre é apresentada no sentido de um aprimoramento das metodologias de ensino, das ações pedagógicas, dos conteúdos a serem ensinados do ajuste dos conteúdos aos períodos do desenvolvimento, da relação professor-aluno, no sentido de melhorar essa conexão, creditando-se a isso o sucesso na transmissão dos conhecimentos (PALHARES; BASTOS, 2017, p.248).

Numa tentativa de propor uma interlocução com o campo da Educação a Psicanálise irá refletir sobre a formação docente apontando como esta não apenas atende a montagem de uma

engenharia de formação do docente, mas de um lugar outro do professor na Educação.

## Qual seria esse (lugar) do professor para a Psicanálise?

Em seu texto *Psicologia do Colegial* Freud (1913) sinaliza que um professor pode ser ouvido quando está revestido por seu aluno de uma importância especial e graças a esta, o professor passa a ter em mãos um poder de influência sobre o aluno. Segundo Freud, ao decorrer do período de latência, são os professores e geralmente as pessoas que têm a tarefa de educar que tomarão para a criança o lugar dos pais, do pai em particular, e que herdarão os sentimentos que a criança dirigia a esse último na ocasião da resolução do Complexo de Édipo.

Os educadores, investidos da relação afetiva primitivamente dirigida ao pai, se beneficiarão da influência que esse último exercia sobre a criança. Para além das dimensões relacionadas ao professor reeditar o lugar do pai e corroborando com a perspectiva freudiana sobre o tema Kupfer (1999) traz também que existe um campo que é estabelecido entre o professor e seu aluno, que estabelece as condições para o aprender: a transferência.

Nós transferíamos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente da infância, e nos púnhamos a tratá-los como nossos pais em casa. Manifestávamos diante deles a ambivalência que havíamos adquirido na família, e nessa atitude lutávamos com eles como estávamos habituados a lutar com nossos pais carnis (FREUD, 1913, p. 306).

A questão do lugar do pai na Teoria Psicanalítica é citada por Freud em sua obra *Totem e Tabu* (1913) quando a partir de um olhar antropológico sobre algumas tribos aborígenes o autor identifica a evitação de práticas incestuosas entre integrantes do mesmo clã. Freud traz observações sobre a exogamia e a religião totêmica, caracterizando o totem como um animal simbólico que mantém uma relação peculiar com todo o clã; uma obrigação sagrada dos integrantes do clã de não o matar nem o destruir, evitando comer sua carne.

Fazendo uma alusão ao mito e a religião totêmica, Freud desenvolve o conceito do Complexo de Édipo marcando a partir das fases do desenvolvimento psicosssexual, mais precisamente na fase fálica, que se estende dos três aos cinco anos de idade. No curso dessa fase o órgão genital masculino – o pênis – desempenha o papel dominante para o menino e o clitóris para a menina. Tais atributos sexuais são apenas os suportes concretos e reais de um objeto fantasiado chamado falo. Nessa fase as crianças acreditam que todos os seres humanos têm ou deveriam ter “um falo”.

De acordo com Nasio (1995), a criança passa a perceber a diferença entre os sexos homem/mulher numa oposição possuidor do falo/privado do falo (castrado). Durante o período de manipulação dos genitais, a partir de percursos distintos para o menino e a menina, estes entregam-se às fantasias ligadas à mãe (primeiro objeto de amor). O menino é posteriormente ameaçado de ser castrado em seu desejo incestuoso e se angustia pelo medo de ser privado de uma parte do seu corpo, fazendo assim com que este renuncie em possuir seu objeto.

Segundo Faria (2017) a menina mediante a constatação de ter sido feita sem o objeto que tanto valoriza passa pela inveja do pênis, mudando assim seu objeto de amor, tendo no pai e na possibilidade de por ele ter um bebê aquilo que pode completá-la.

Para Freud ao decorrer do Complexo de Édipo, a criança, pela primeira vez, tem a experiência de perder o objeto da pulsão para se submeter à lei universal da proibição do incesto, lei que o pai lhe ordena respeitar, sob pena de privá-lo de uma parte sua. Na impossibilidade em ter seu objeto de desejo a criança identifica-se com o genitor do mesmo gênero passando, à posteriori, a compor sua identidade sexual e referência de escolha objetal.

Segundo Zimmerman (1999) o Complexo de Édipo, representa assim, um papel organizador essencial para a estruturação da personalidade do sujeito pois, abre caminho para triangulação, permitindo ao terceiro, o pai, interpor-se na díade mãe e filho, o que possibilitará à criança o indispensável processo de renunciar à possessividade onipotente e aceitar as diferenças de sexo, geração e potência, em comparação com os pais, assim como, também reconhecer que estes são

relativamente autônomos e têm os seus próprios espaços. Para além disso a Resolução Edípica determina a formação das identificações, aspecto absolutamente essencial na formação da personalidade e do sentimento de identidade.

Numa linha próxima, mas um pouco mais ampla do conceito freudiano sobre a função do pai na castração, Lacan a partir do desenvolvimento de sua teoria sobre a *metáfora do Nome-do-Pai* dá um outro lugar para o constructo. Em seu texto *Nota sobre uma criança (1969)* o autor discorre que existe uma função na satisfação das necessidades da criança exercida pela família conjugal irredutível para constituição subjetiva desta. Segundo Lacan (1969, p. 369)

[...]é por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é vetor de uma encarnação da Lei no desejo.

O autor passa a trabalhar com os operadores das funções materna e paterna, tendo na primeira aquela que será “responsável por atuar no lugar do Outro primordial como suporte da linguagem nos cuidados primordialmente dispensados à criança” (FARIA, 2016, p. 38). Para além do atendimento dos cuidados essenciais destinados à criança, àquele que opera na função materna marcará e operará como um suporte concreto no circuito interpretativo dos significantes no qual uma criança é capturada. Tal operação é condição *sine qua non* para constituição subjetiva, pois é pela linguagem e pelo efeito desta que o sujeito se constitui.

Lacan traz que a relação estabelecida entre o operador da função materna e a criança é intermediada por um terceiro elemento: o falo. Este passa a ser a parte que captura tanto a mãe quanto o bebê por trazer o ideal daquilo que trará completude à esta. Sendo assim, o operador da função materna está no lugar de suporte do Outro Primordial para o bebê, assim como este passa a ser o único objeto que pode satisfazer o desejo desta (DOR, 1991). Para Lacan, neste momento o filho fica identificado como objeto fálico.

Com as idas e vindas da mãe a criança transita por um estado de incerteza psíquica passando a considerar não ser o único objeto de satisfação desta. Nessa fase começa a se interrogar para quem mais o desejo da mãe pode estar endereçado. O desejo materno começa a ser um significante da falta, um enigma para a criança ao qual ela ainda não sabe a que e para quem está referido e qual o seu novo lugar nesse desejo. A partir desta interrogação o falo passa a ter seu estatuto enigmático e simbólico.

Para Dor (1991) a partir daí o pai real surge diante da criança como alguém que tem direito quanto ao desejo da mãe. Existe uma relação dialética na ausência da mãe/presença paterna em que a criança não será mais o único objeto de desejo materno, passando assim a rivalizar com o pai seu lugar como objeto fálico.

Por meio da castração o pai, em sua função simbólica, passa a ser o mediador entre o desejo da mãe e do filho e nisso, Lacan estabelece uma diferença entre ser um pai e atuar na função simbólica paterna. Para este, a partir de contribuições da Linguística e do Estruturalismo, o pai passa a ser uma metáfora, um representante, um recurso significante da Lei, o *nome do Pai*.

O pai introduz, na relação mãe-criança, uma dimensão nova. Ele é um recurso significante, que transforma em lei simbólica o que se impõe à criança a partir da relação com a mãe: que o desejo materno não se reduz à criança, que a mãe é considerada e vivida também em função do pai. O pai se torna necessário quando a criança constata esse mais além para onde se dirige o desejo materno (FARIA, 2016, p.69).

Com isso, existe uma transposição da cadeia significante do lugar que antes era enigma do desejo materno e agora passa a ser o *nome do pai*, representante da Lei na mediação do desejo da mãe e da criança. Para além do lugar de vetor na encarnação da Lei no desejo, a partir da introdução da metáfora paterna essa Lei passa a ser simbolizada pelo sujeito.

Pode-se considerar que tanto Freud quanto Lacan foram atravessados por uma época e um contexto sócio-histórico que os fizeram considerar a partir de determinados paradigmas o que viria

a ser a operação dessa função para aquele tempo. Há de se pensar como para ambos os autores a configuração familiar de uma época poderia apontar para novas dinâmicas e operações da função paterna, o que logo atingiria o desenvolvimento psíquico do indivíduo num dado momento histórico.

Em sua obra, *A Família em Desordem*, Roudinesco (2003) relata que a história da família foi marcada por três grandes períodos. Para a historiadora e psicanalista, numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio em que a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal. Numa segunda fase, a família dita “moderna” é fundada no amor romântico, mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos e uma Educação que é encarregada e assegurada pelo Estado.

A atribuição de autoridade, nessa fase, torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro. A partir dos anos de 1960, impõem-se a família dita “contemporânea” ou Pós-Moderna que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual.

Num artigo a respeito da obra de Roudinesco, Domingues (2004) traz que ao longo da história houve um amesquinamento do lugar paterno, até seu visível enfraquecimento, em paralelo a um discurso misógino, até maior deterioração da figura paterna ao declínio da monarquia com elevado temor à feminilização do corpo social. Para a autora, na Contemporaneidade a questão emerge a partir de fenômenos como a mudança do filho-objeto para filho-sujeito, a homologação da autoridade parental dividida, entre outras dimensões que apontam para o declínio da soberania do pai e também para emancipação da subjetividade.

Para além das instâncias atingidas nas configurações familiares a partir do declínio da função do pai, vê-se que não só a família foi alcançada por isso. Alguns estudos revelam como o desmoronamento da soberania paterna chegou à Educação. De acordo com Ribeiro e Barbosa (2015, p. 14)

[...] existe uma desautorização docente que parte de uma desautorização por parte da sociedade de um lugar que não se sustenta mais, e que fale pelo advento do capital. A educação transformou-se num comércio, onde o professor se encontra no lugar de proletário sendo obrigado a escutar “você recebe por isso”, ao mesmo tempo, com baixos salários, não possuem mais o desejo de se abrigar das fontes de informação, de se atualizar e do gozo ao ensinar.

Corroborando com a ideia do atravessamento do capital na Educação Cordeiro e Dias (2019, p. 109) discorrem sobre como

[...] a vigência da cultura de uma ‘educação de resultados’ baseada exclusivamente em processos oficiais técnico-quantitativos de avaliação reforça a miragem e a naturalização da educação como sistema produtivo e, por isso, tende a legitimar o ponto de vista neoliberal que olha para a escola como empresa e para o trabalho docente como operário. E daí se procura justificar uma série de expectativas de resultados e exigências produção exteriores à natureza do tipo de trabalho que na escola e na educação deveriam ser desenvolvidos.

Localizando tal dominância neoliberal ao contexto universitário Voltolini (2010) em um artigo que trata sobre o declínio dos saberes discorre sobre como universidades públicas e privadas, no Brasil e no mundo também cedem aos apelos do capital. Para o autor tais instituições se veem capturadas pelo discurso do capitalista, apontado por Lacan como um anti-discurso no dispositivo da linguagem.

Para os professores do ensino universitário o dilema não é

menos pungente. Eles devem lutar contra sua total assimilação a um sistema que os anula. Em muitas instituições de ensino superior nem mesmo sobre suas aulas eles podem manter autonomia. Há apostilamentos concebidos a partir da lógica da uniformização, como há proibições no uso de algumas metodologias de trabalho, como o trabalho em grupo, entendido como “enrolação” de aula e as avaliações a serem realizadas com os alunos já são feitas por outras pessoas que não o próprio professor (VOLTOLINI, 2010, p. 39).

O campo da Educação tem sido marcado na contemporaneidade pelo enfraquecimento simbólico, que para além de outros fatores aponta para a falência da posição docente legitimada por políticas institucionais que comprometem os processos de alteridade na relação professor-aluno.

Da reedição do lugar do pai na castração ao operador da função paterna e seu declínio a partir do atravessamento do discurso do capitalista na Educação Superior como se encontra o lugar do professor universitário na Contemporaneidade? O que há de se esperar?

## Referências

CACETE, N.H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v.40, n.4, p. 1061-1076, out/dez. 2014.

CÂNDIDO, C.M. *et al.* A representação social do “bom professor” no Ensino Superior. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.2, 356-365, 2014.

CORDEIRO, D.S.; DIAS, M.A.L. Professor: artesão ou operário. **Revista de Filosofia y Ciencias**, n.19, 2019.

CUNHA, L.A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In*: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M. VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

DAHER, A. A conversão do gentio ou a educação como constância. *In*: VIDAL, D.G; HILSDORF, M.L.S. **Tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 43-52.

DOMINGUES, L.C. A família em desordem. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20 n.4, p.1127-1132, jul./ago. 2004.

DOR, J. **O pai e sua função em Psicanálise**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

DUNKER, C.I.L. *et al.* Romance Policial e a Pesquisa em Psicanálise. **Interações**, v. VII, n. 13, p.113-126, jan./jun. 2002.

FARIA, M.R. **Introdução à Psicanálise de Crianças**: o lugar dos pais. São Paulo: Toro Editora, 2016.

FARIA, M.R. **Constituição do sujeito e Estrutura Familiar**: O Complexo de Édipo, de Freud a Lacan. 3ª Ed. 1ª Reedição. Taubaté - SP: Editora e Livraria Cabral Universitária, 2017.

FREUD, S. **Totem e tabu**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **O ego e o Id e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.



- KUPFER, M.C. **Freud e a Educação: o mestre do impossível**. São Paulo: Spicione, 1989.
- KUPFER, M.C. **Educação para o futuro: Psicanálise e Educação**. 4ª ed. São Paulo: Escuta, 2013
- LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. *In: Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NASIO, J.D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- NOGUEIRA, L.C. A pesquisa em Psicanálise. **Psicologia USP**, v.15 n.1/2, p.83-106, 2004.
- PEREIRA, A.B. Como ler Marx no carro forte: dilemas do ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.48, n.169, p.922-947, jul./set. 2018.
- RIBEIRO, M.R.; BARBOSA, A.R.L. **Discurso do Mestre na Educação Contemporânea**, 2014. Disponível em: [https://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?discurso-do-mestre-na-educacao-contemporanea&codigo=A0859](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?discurso-do-mestre-na-educacao-contemporanea&codigo=A0859). Acesso em: 10 jun. 2020.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SANTOS, D.M.A de AP. Psicologia analítica e sombra no confronto com o sujeito. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 48, p. e022014, 2022. DOI: 10.22484/2177-5788.2022v48id4807. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4807>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- SANTOS, D. M. A. de A. P. Tempos fluidos com lembranças em conta gotas. Simbiótica. **Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 126–129, 2022. DOI: 10.47456/simbitica.v9i1.38304. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38304>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- VOLTOLINI, R. *et al.* **Psicanálise e formação de professores: antiformação docente**. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2018.
- VOLTOLINI, R. **O ensino universitário na época do declínio de saberes**. Didáshomai, Montivideo, n. 1, p. 25-40, 2010.
- ZIMERMAN, D.E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Recebido em 12 de novembro de 2022.  
Aceito em 21 de novembro de 2022.